



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/12/2014 - Telesintese

Projeto de redução de ICMS para banda larga desagrada a tucanos e a operadoras de Telecom

Sob o argumento de que o projeto de resolução aprovado na Comissão de Economia é inconstitucional, o senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) busca levar a proposta para a comissão de Constituição e Justiça e lá enterrá-la. Mas a senadora Gleisi Hoffman defende a sua legalidade e deve insistir por sua aprovação no plenário do Senado. As teles por sua vez também criticam a proposta e querem modificá-la.

Sob o argumento de que o projeto de resolução aprovado na Comissão de Economia é inconstitucional, o senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) busca levar a proposta para a comissão de Constituição e Justiça e lá enterrá-la. Mas a senadora Gleisi Hoffman defende a sua legalidade e deve insistir por sua aprovação no plenário do Senado. As teles por sua vez também criticam a proposta e querem modificá-la.

O projeto de resolução da senadora Gleisi Hoffman (PT-PR) –que estabelece a redução de 10% do ICMS para a banda larga fixa que assegura velocidade igual ou superior a 5 Mbps e cobra tarifa mensal de até R\$ 40 ou para velocidades superiores a 10 Mbps a qualquer preço – já foi aprovado pela comissão de Economia do Senado e precisa ser aprovado pelo plenário do Senado Federal para virar lei. Como é um projeto de resolução não precisa ser votado pela Câmara dos Deputados.

O governo trabalha para a aprovação rápida, pois este projeto pode fortalecer o Programa Banda Larga para Todos que vai ser implementado pelo segundo governo Dilma. Mas o PSDB já se mobiliza contra a proposta. O governador Geraldo Alckmin, tucano paulista, entrou em contato com outros governadores para organizarem por sua derrubada. Pelas contas do governador, haveria uma perda de R\$ 2,5 bilhões aos estados com esta redução. Se a proposta for aprovada pelo Legislativo, o Alckmin vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o senador e governador paulistas o Senado Federal não tem poder para legislar sobre alíquota de impostos estaduais. O Senado só decide sobre

ICMS quando há conflito entre os estados, e, mesmo assim, quando a disputa se refere a produto, e não a serviço. A senadora, por sua vez, considera a tese da inconstitucionalidade questionável.

Teles também reagem

E, por incrível que pareça, o primeiro projeto que propõe reduzir o imposto estadual sobre um serviço de telecomunicações tão pouco agrada as operadoras de telecomunicações. A Oi é a que mais reage à proposta por duas razões: primeiro porque a redução tributária se restringe à banda larga fixa e, para a concessionária, é a banda larga móvel a grande responsável pela massificação do acesso à internet. A outra reação da operadora é que a redução do imposto só começa a partir de 5 Mbps.

“Cerca de 77% dos acessos de banda larga fixa brasileira são abaixo de 5 Mbps. E esses usuários vão pagar mais caro frente a um rico que vai pagar para ter 5 Mbps”, argumenta uma fonte da empresa. Ele não concorda com a tese defendida pelo governo de que, a proposta, do jeito que foi formatada, obriga justamente a se elevar a velocidade média da banda larga brasileira. Isto porque, argumenta, será necessário investimento de bilhões de reais. “Como obrigar as operadoras a fazer tamanho investimento?”, questiona o executivo.

Outras operadoras – como GVT e o grupo América Móvil – querem mudar o teto da mensalidade que pode ter o incentivo fiscal – passando de R\$ 40 para R\$ 50. Esta proposta não é aceita pelo governo, que acha que este valor sugerido pelas empresas muito caro para uma banda larga de 5 Mbps.



09/12/2014 - Teletime

Ações de Oi e PT SGPS oscilam com possível venda de PT Portugal à Altice

Mercado calcula que haverá maioria a favor da operação em assembleia geral de acionistas da portuguesa se Oi puder votar.

As ações ordinárias da Oi apresentam queda de 2,32% no dia seguinte à confirmação de que o conselho da empresa aprovou a proposta de compra pelos ativos da operadora PT Portugal pela francesa Altice, por 7,4 bilhões de euros. Os papéis da PT SGPS, em compensação, apresentam valorização de 2% na bolsa de Nova York e queda de 1% na de Lisboa. As ações da Altice fecharam em alta de 0,25%.

A variação se deve às incertezas sobre o futuro das envolvidas. O mercado financeiro continua a ver com desconfiança o alívio que a possível venda da PT Portugal poderá trazer ao caixa da Oi. Para a PT SGPS, também não está clara a vantagem, uma vez que paira uma oferta de OPA condicionando a compra da holding portuguesa à manutenção dos ativos da operadora. Segundo fontes ouvidas pelo Tele.Síntese, nada mudou com a divulgação de que o conselho da Oi aprovou a oferta feita pela francesa pelos ativos da operadora portuguesa.

O negócio já era conhecido e visto como positivo para o caixa da operadora brasileira, mas a companhia continuará com um alto índice de alavancagem, argumentam. A venda da PT Portugal não garante que a Oi seja protagonista, de fato, em um processo de consolidação do mercado nacional de telecomunicações. Alguns acreditam que a Telecom Itália tenha mais poder de fogo para adquirir a Oi do

que o inverso. A compra da TIM pela Oi seria pouco provável sem que outras operadoras (Claro e Telefônica Vivo) participem.

Analistas traçam toda sorte de cenários, havendo fusão, fatiamento, ou nenhuma operação de consolidação. O valor das ações varia conforme a situação. Caso Oi, Claro e Vivo fatiem a TIM, a expectativa é que as ações da Oi saltem cerca de 50%, da TIM, 35%, e da Telefônica Vivo, 35%. Seria o melhor dos mundos. Sem consolidação, as ações da Oi devem cair 25%, da Vivo, até 7%, e da TIM até 20%.

Eles também fazem os cálculos sobre possível veto da operação pela assembleia geral de acionistas da PT SGPS. Os minoritários já avisaram que vão fazer de tudo para impedir a venda. O Itaú BBA, porém, calcula que haverá a maioria de 2/3 necessária para aprovar a venda. Este número será alcançado se todos os acionistas puderem votar, inclusive a Oi. A brasileira tem 10% das ações da PT SGPS e não participou, por exemplo, da votação do memorando de entendimento firmado após o calote da dívida da Rio Forte.

Com voto favorável da Oi, os majoritários, que incluem também Novobanco, Ongoing, representariam 36,8% dos votos. Isso se se mantiver o histórico de votações das assembleias da PT SGPS, em que 55% dos acionistas com direito a voto comparecem.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

9/12/2014 - Correio do Brasil

Taxa de desemprego no Brasil segue em 6,8% no 3º tri de 2014

A taxa de desemprego no Brasil ficou estável em 6,8% no terceiro trimestre de 2014, quando comparado com o período imediatamente anterior, mas com o país registrando queda no emprego com carteira assinada no setor privado pela primeira vez em quase dois anos.

O emprego formal no setor privado recuou 0,6% no terceiro trimestre sobre os três meses anteriores, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada nesta terça-feira.

Foi a primeira queda neste segmento desde o início da série histórica do levantamento, em janeiro de 2012. Segundo o IBGE, 227 mil pessoas deixaram de ter carteira assinada neste período.

“Esse indicador mostra desaceleração da economia e uma efetiva perda de postos de trabalho”, afirmou o coordenador do IBGE Cimar Azeredo, acrescentando que houve também uma migração de pessoas com carteira assinada para trabalho autônomo.

No acumulado do ano, o emprego com carteira cresceu em mais de um milhão de postos. No terceiro trimestre de 2013, a taxa de desocupação tinha sido de 6,9%.

Já o nível de ocupação no país no terceiro trimestre foi de 56,8%, contra 56,9% no segundo trimestre deste ano e 57,1% no terceiro trimestre de 2013.

Entre julho e setembro, a população ocupada atingiu 92,3 milhões de pessoas, uma alta de 0,2% sobre o segundo trimestre. O total era composto por 69,8% de empregados, 4,1% de empregadores, 23,3% de pessoas que trabalham por conta própria e 2,8% de trabalhadores familiares auxiliares.

Já o número de desocupados caiu 0,9% sobre o trimestre anterior, chegando a 6,7 milhões de pessoas.

“A população ocupada subiu em todas as regiões

e em quase todas a desocupada caiu, com exceção do Sul. A alta da população ocupada não foi suficiente para movimentar a taxa, teria que subir expressivamente, e não foi o que ocorreu”, destacou o coordenador do IBGE Cimar Azeredo.

Azeredo destacou ainda o aumento de 0,9% das pessoas fora da força de trabalho ante o segundo trimestre, que segundo ele são jovens que na sua maioria não trabalham, não estudam e nem procuram trabalho. “Estamos aprofundando o porquê disso.”

Entre as mulheres, a taxa de desocupação permaneceu em 8,2% no terceiro trimestre, repetindo o mesmo número do período anterior, enquanto entre os homens ela caiu 0,1 ponto percentual, a 5,7%.

Pelas regiões, a taxa mais alta de desocupação no terceiro trimestre foi vista no Nordeste, com 8,6%, alta de 0,2 ponto percentual em relação ao período de três meses anteriores. Já a menor foi registrada no Sul, com 4,2%, contra 4,1% no segundo trimestre.

Ainda que permaneça robusto, o mercado de trabalho vem mostrando perda de fôlego diante da inflação que continua perto do teto da meta, da elevação dos juros e da economia estagnada.

A Pnad Contínua tem divulgação trimestral e maior abrangência nacional que a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). O objetivo é que ela substitua a PME, que leva em consideração dados apurados em apenas seis regiões metropolitanas do país.

Pela PME, o dado mais recente mostra que a taxa de desemprego caiu a 4,7% em outubro, piso para o mês. Mas o Caged, do Ministério do Trabalho, apontou que o Brasil fechou mais de 30 mil vagas formais de trabalho em outubro.

Em 2015 a tendência é que o país veja uma reversão da queda do desemprego e da tendência de ganhos reais de salários, a menos que haja uma mudança nas expectativas dos empresários.

09/12/2014 - Rede Brasil Atual

Pernambucanas é multada em R\$ 2,5 milhões por uso de trabalho escravo

Empresa autuada por emprego de mão de obra em situação de escravidão em sua cadeia produtiva vai recorrer e tenta convencer Justiça do Trabalho de que responsabilidade é de fornecedores



O juiz Marcelo Donizeti Barbosa, da 81ª Vara do Trabalho de São Paulo, condenou a varejista Casas Pernambucanas a pagar R\$ 2,5 milhões em multas por exploração de trabalho em condições análogas à escravidão em sua cadeia produtiva. Para o juiz, a empresa não pode se eximir do ocorrido, já que “descreveu que era responsável pela criação e pela definição de todas as características dos produtos, repassando ao terceiro exclusivamente a confecção das peças de roupas”. A sentença, em primeira instância, foi proferida na última sexta-feira (5).

A condenação diz respeito a dois casos ocorridos na cadeia produtiva da empresa, em 2010 e 2011. Foram resgatadas 31 pessoas vindas da Bolívia, Paraguai e Peru, inclusive adolescentes. As vítimas eram submetidas a jornadas exaustivas e servidão por dívidas, e trabalhavam em locais considerados degradantes pelos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

A Pernambucanas informou em nota que vai recorrer da decisão e acusou os fornecedores Dorbyn e Nova Fibra, onde foram encontrados os trabalhadores, de agir com má-fé. Em nenhum momento a empresa contestou que as condições dos trabalhadores fossem degradantes e buscou argumentar que não era responsável por eles. A empresa conta com cerca de 500 fornecedores.

“A ré não pode se eximir de sua responsabilidade, alegando simplesmente que não exercia atividade produtiva, como se simplesmente adquirisse produtos aleatórios de outras empresas para a mera comercialização”, argumentou Barbosa. Para ele, os argumentos de que há orientação da empresa proibindo os fornecedores de usar trabalho infantil ou escravo “não possuem força jurídica”.

Os trabalhadores produziam roupas das marcas Argonaut e Vanguard, exclusivas da Pernambucanas. Na Nova Fibra, os “salários oficiais” chegavam a R\$ 800 mensais. Entretanto, as vítimas sofriam descontos de até R\$ 630 como pagamento pelas refeições. Na Dorbyn, a carga horária semanal era superior a 60 horas, mas o salário era de somente R\$ 400 por mês.

Não havia ventilação em ambos os locais de trabalho. Os alojamentos também estavam em condições precárias e a iluminação do local era fraca. Essa situação, relatada pela fiscalização, levou a Pernambucana a ser enquadrada por exploração de trabalho em condições análogas às de escravos, de acordo com o artigo 149 do Código Penal.



08/12/2014 - Portal Vermelho

Balança comercial inicia dezembro com superavit de US\$ 398 milhões

A balança comercial brasileira iniciou dezembro com superavit (exportações maiores que importações) de US\$ 398 milhões. O valor, referente à primeira semana do mês, resulta de saldo entre US\$ 4,468 bilhões em exportações e US\$ 4,070 bilhões em importações. No acumulado do ano, no entanto, o resultado está negativo em US\$ 3,825 bilhões. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (8) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Balança comercial inicia dezembro com superavit
Balança comercial inicia dezembro com superavit
Apesar do resultado positivo, o governo estima déficit para o fechamento da balança comercial este ano. De acordo com diretor do Departamento de Estatística e Apoio à Exportação da pasta, Roberto Dantas, não há como reverter o saldo acumulado no vermelho. Será a primeira vez que a balança comercial fechará com déficit desde 2000.

A média diária das exportações na primeira semana de dezembro somou US\$ 893,6 milhões, 10%

inferior à registrada no mesmo mês de 2013. Nas compras do Brasil no exterior, a média ficou em US\$ 814 milhões, 6,1% abaixo da média de dezembro do ano passado.

A receita com as vendas externas diminuiu para os itens manufaturados (20,8%) e semimanufaturados (9,3%). As exportações de básicos tiveram ligeira alta, de 0,2%.

Entre os produtos manufaturados, recuaram as vendas de motores e geradores, automóveis, veículos de carga, aviões, calçados, chassis com motor e bombas e compressores. Nos semi-industrializados, caíram os ganhos com ouro, ferro fundido, ferro e aço e açúcar bruto. No grupo dos básicos, houve alta na receita auferida com algodão bruto, minério de cobre, petróleo, fumo em folhas, carne bovina e de frango e soja, café e milho em grão.

Do lado das importações, a queda é explicada pela redução nos gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, cereais e produtos de moagem, borracha, automóveis e partes.

08/12/2014 - Portal Vermelho

Brasil bate novo recorde na produção de petróleo e gás natural

No boletim da Rádio Vermelho desta segunda-feira (8) confirma o balanço divulgado pela Agência Nacional que aponta um novo recorde na produção de petróleo e gás natural. O programa também destaca: Cebrapaz comemora 10 anos nesta terça,

presidente venezuelano prevê melhoria em abastecimentos para 2015 e PIB do Japão cai mais do que o esperado.

Ouçá o boletim:

<http://www.vermelho.org.br/radio/>